

CONTRATO OCS Nº 516/2018
CONTRATO SAP Nº 4400003597

**ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E CONSÓRCIO
PROJETO NOVA CEA BRASIL, NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Capital Federal, e serviços nesta Cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, e o **CONSÓRCIO PROJETO NOVA CEA BRASIL**, com sede em São Paulo – SP, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 12º andar, sala 1202, Vila São Francisco, CEP 04.711-130, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 32.294.727/0001-15, liderado pela **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.189.924/0001-03, e integrado também por **FIALHO CANABRAVA ANDRADE SALLES ADVOGADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.911.978/0001-30, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seu ato constitutivo, nos termos da autorização exarada pela DIR7 em 14/01/2021, no âmbito da IP AED/DEPRO1 nº 01/2021, de 12/01/2021, conforme previsão orçamentária sob a rubrica nº 1.15.090.0187, observado o disposto nos artigos 71 e 81 da Lei nº 13.303/2016, celebram o presente Instrumento Contratual **Aditivo nº 01** ao Contrato OCS nº 516/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE

O presente termo Aditivo tem por finalidade alterar o Contrato OCS nº 516/2018, celebrado em 16/01/2019, doravante denominado Contrato, nos seguintes termos:

I - prorrogar o prazo de vigência do Contrato pelo período de 12 (doze) meses, com início em 16/01/2021 e término em 15/01/2022;

II – realizar o acréscimo quantitativo decorrente da prestação dos serviços de Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação e Gerenciamento de Projeto e

Suporte às Atividades (*Project Management Office* – PMO), necessários pelo aumento do período de vigência;

III – em razão do disposto no inciso anterior, acrescer o valor global do Contrato em até R\$ 184.118,59 (cento e oitenta e quatro mil, cento e dezoito reais e cinquenta e nove centavos), que passará a ser de até R\$ 2.336.362,85 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), representando um aumento de 8,55% (oito vírgula cinquenta e cinco por cento), diante do acréscimo de disponibilização de serviços ao longo do novo período de vigência;

IV - pactuar a prestação de garantia diante da prorrogação da vigência contratual e do aumento do valor do Contrato;

V – estabelecer que, em decorrência de eventual necessidade de realização de atualizações significativas nos produtos entregues pelo **CONTRATADO** e aceitos pelo **BNDES** relativos à Fase 1 do Projeto, constantes da Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega (Anexo IV ao Contrato), caberá negociação para formalização de aditivo contratual, caso tais alterações sejam realizadas no período de vigência adicional;

VI - modificar a Cláusula Sexta (“PAGAMENTO”) do Contrato, em virtude de atualização de procedimentos internos adotados pelo **BNDES**; e

VII – alterar a Gestora do Contrato e seus substitutos, constantes na Cláusula Décima Terceira (“OBRIGAÇÕES DO BNDES”).

Parágrafo Primeiro

Em virtude da finalidade prevista no inciso I do *caput* desta Cláusula, a Cláusula Segunda (“VIGÊNCIA”) do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado, caso necessário, para a completa execução do escopo.

Parágrafo Único

Por força do Aditivo nº 01 ao Contrato, prorroga-se sua vigência por mais 12 (doze) meses, com início em 16/01/2021 e término em 15/01/2022, perfazendo um total de 36 (trinta e seis) meses.”

Parágrafo Segundo

Em virtude das finalidades previstas nos incisos II e III do *caput* desta Cláusula, a CLÁUSULA QUINTA ("PREÇO") do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor global de até R\$ 2.336.362,85 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto (i) na Cláusula de Pagamento deste Instrumento, (ii) no Aditivo nº 01 ao Contrato e (iii) na tabela abaixo:

	ETAPA	ATIVIDADE	ITEM	Referência no TERMO DE REFERÊNCIA	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES OU SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS	VALOR ADICIONAL
FASE 1 ESTUDOS PARA A DEFINIÇÃO DA MODELAGEM DE DESESTATIZAÇÃO	ETAPA 3	ASSESSORIA JURÍDICA DA FASE 1	11	3.2.10, alíneas "b" a "e"	b) elaboração de minutas de respostas aos questionamentos em sede administrativa e ações judiciais relacionadas ao processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá associada à transferência de controle da EMPRESA, incluindo a oferta de AÇÕES aos empregados e aposentados, caso ocorra, além de procedimentos preliminares de solicitação de informações e esclarecimentos, manejados pelo Ministério Público, Tribunais de Contas ou outras entidades que exerçam atribuições fiscalizatórias, aprovatórias, legislativas, judiciais, de controle e fiscalização; b.1) A CONTRATADA deve apresentar as minutas das respostas no prazo solicitado pelo BNDES, o qual pode variar a depender da necessidade do CONTRATANTE; c) elaboração de apresentações, relatórios, pareceres e opinativos jurídicos, que venham a ser solicitados; d) análise de outros aspectos e temas jurídicos diretamente pertinentes à estruturação, licitação, contratação e operação do PROJETO; e e) monitoramento das ações judiciais e processos administrativos críticos que possam impactar o processo de desestatização, comunicando ao BNDES as atualizações relevantes, com a proposição de medidas a serem adotadas pelos órgãos envolvidos;	R\$ 79.179,36
	ETAPA 3	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA FASE 1	14	3.2.8 subitens II e III	II - apoio ao BNDES no gerenciamento das atividades de comunicação do processo de desestatização da EMPRESA de modo a responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir durante sua execução; e III - envio, durante a FASE 1, de clipping digital diário, visando o gerenciamento e o monitoramento das diversas mídias de comunicação sobre o processo de desestatização da EMPRESA, as manifestações de entidades empresariais, sindicais e governamentais, o mercado de	R\$ 26.704,49

FASE 2 PREPARAÇÃO DO LEILÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO					distribuição de energia elétrica, os movimentos de consolidação do setor (fusões e aquisições) e outras que venham a acompanhar o interesse dos potenciais investidores no negócio.	
	ETAPA 3	GERENCIAMENTO E SUPORTE DE ATIVIDADES	26	3.2.11	Gerenciamento e Suporte das Atividades	R\$ 78.234,74
	ETAPA 4					
	ETAPA 5					
	ETAPA 6					

(...)

Parágrafo Quinto

*O acréscimo do valor do Contrato, em razão do aumento do quantitativo dos serviços previstos na Tabela constante do caput desta Cláusula, será pago ao **CONTRATADO** após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo de cada Etapa, no montante equivalente ao percentual previsto na respectiva Etapa, conforme previsto na Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega (Anexo IV ao Contrato), sendo a Assessoria Jurídica – Fase 1 e Assessoria de Comunicação – Fase 1 após o término da Fase 1 (Etapa 3), e o PMO, que será acrescido ao valor total previsto para o serviço, proporcionalmente aos percentuais estabelecidos para as etapas ainda a serem concluídas, até o fim do período de execução contratual adicional de 12 (doze) meses.”*

Parágrafo Terceiro

Em razão do previsto no inciso IV do *caput* desta Cláusula e na Cláusula Nona do Contrato (“GARANTIA CONTRATUAL”), o **CONTRATADO** deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação pelo Gestor, apresentar garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do novo valor global do Contrato [R\$ 2.336.362,85 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme Aditivo nº 01], para o novo período de vigência.

Parágrafo Quarto

Em decorrência das finalidades mencionadas nos incisos V, VI e VII do *caput* desta Cláusula, altera-se a redação das Cláusulas Terceira (“LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE

EXECUÇÃO DO OBJETO”), Sexta (“PAGAMENTO”) e Décima Terceira (“OBRIGAÇÕES DO BNDES”) do Contrato, que passam a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(...)

Parágrafo Primeiro

*Na hipótese de atualizações significativas nos produtos entregues pelo **CONTRATADO** e aceitos pelo **BNDES** relativos à Fase 1 constantes da Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega (Anexo IV ao Contrato), descritos nos incisos I a VIII a seguir, deverá ser celebrado aditivo contratual de forma a contemplar tais atualizações:*

- I. Item 1 – Plano de Trabalho;*
- II. Item 3 - Relatório de Premissas e Cenários Técnico-Operacionais e Regulatórios;*
- III. Item 4 - Relatório de Avaliação Econômico-Financeira com os Resultados Preliminares;*
- IV. Item 5 - Relatório de DUE DILIGENCE Jurídica;*
- V. Item 6 - Relatório de DUE DILIGENCE Contábil-Patrimonial;*
- VI. Item 7 - Relatório de Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental;*
- VII. Item 8 - Relatório Conclusivo da Avaliação Econômico-Financeira; e*
- VIII. Item 9 – Relatório de Modelagem de Desestatização.*

Parágrafo Segundo

*O **CONTRATADO** continua responsável por realizar correções em todos os produtos descritos nos incisos I a VIII do Parágrafo anterior, devido a imperfeições, erros, vícios ou incoerências porventura identificadas nos relatórios, sem implicação de custo adicional para o **BNDES** ou necessidade de celebração de aditivo.*

Parágrafo Terceiro

*O **CONTRATADO** continua responsável por realizar as atualizações e correções solicitadas dos produtos relativos à Fase 1 entregues e não aceitos pelo **BNDES**, bem como ainda não entregues ou não solicitados pelo **BNDES**, até a emissão do efetivo aceite pelo **BNDES**, sem implicação de custo adicional para o **BNDES** ou necessidade de celebração de aditivo.*

Parágrafo Quarto

*Todos os produtos constantes da Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega (Anexo IV ao Contrato) não descritos nos incisos I a VIII do Parágrafo Primeiro desta Cláusula permanecem passíveis de atualização, sem implicação de custo adicional para o **BNDES** ou necessidade de celebração de aditivo.*

(...)

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

*O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, observado o disposto no item 13 do Anexo I (Termo de Referência), por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.*

Parágrafo Primeiro

*O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao **BNDES** no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento de ISS, se a legislação tributária municipal incidente assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo **BNDES**, das obrigações fiscais principais e acessórias decorrentes deste Contrato. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte, mediante prévia autorização do **BNDES**.*

Parágrafo Segundo

*Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do **BNDES** para devido registro de recebimento.*

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;*
- II. número SAP do Contrato;*
- III. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;*
- IV. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo Gestor do Contrato;*
- V. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;*
- VI. período de referência da execução do objeto;*
- VII. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;*
- VIII. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;*
- IX. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;*
- X. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;*
- XI. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;*
- XII. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e*
- XIII. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF.*

Parágrafo Quarto

*O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos federais, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.*

Parágrafo Quinto

*Caso o **CONTRATADO** emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento do **BNDES** tomador do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/2003. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pelo **CONTRATADO**, uma vez que o **BNDES** está obrigado a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.*

Parágrafo Sexto

Ao documento fiscal ou equivalente legal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;*
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;*
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e*
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.*

Parágrafo Sétimo

*Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.*

Parágrafo Oitavo

*Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.*

Parágrafo Nono

*Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo,*

*bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.*

Parágrafo Décimo

*Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata tempore, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.*

Parágrafo Décimo Primeiro

A sociedade líder do Consórcio poderá apresentar um documento fiscal ou equivalente legal para cada consorciado envolvido na execução contratual, proporcionalmente à respectiva parcela na execução do objeto quando permitido pela legislação tributária e desde que observadas as condições previstas nesta Cláusula.

Parágrafo Décimo Segundo

*O **BNDES** não efetuará pagamento diretamente em favor do(s) Subcontratado(s).*

(...)

“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

*Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:*

(...)

II. designar, como Gestora do Contrato, Fernanda Guimarães da Cotta e Silva, que atualmente exerce a função de Gerente da AED/DEPRO1/GEPRO1, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. designar, como substitutos da Gestora do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, os técnicos da AED/DEPRO1/GEPRO1;

(...)”.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor e inalteradas as demais cláusulas do **CONTRATO**, não importando este Instrumento Contratual Aditivo nº 01 em novação.

Este Aditivo será assinado pelas Partes de forma eletrônica.

As Partes consideram, para todos os efeitos, “a data mencionada abaixo” como a data de formalização jurídica deste Instrumento.

As folhas deste Aditivo foram conferidas por Juliane Fonseca e Silva, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CONSÓRCIO PROJETO NOVA CEA BRASIL